

ANEXO 4 – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º ____/2022

CONTRATAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO de VIDA EM GRUPO PARA OS EMPREGADOS ATIVOS E ESTAGIÁRIOS DA COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA CELEBRADA ENTRE A CODEBA e a _____.

CONTRATANTE: A COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA, autoridade portuária constituída sob a forma de empresa pública federal, com sede na Avenida da França, nº 1.551, Estação Marítima Visconde de Cayru, nesta Cidade do Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob nº 14.372.148/0001-61, a seguir denominada CODEBA, neste ato representada por seu **Diretor-Presidente CARLOS AUTRAN DE OLIVEIRA AMARAL**, inscrito no CPF/ME nº 259.177.737-34 e pelo Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, o Sr. **JENNER AUGUSTO DA SILVEIRA KRUSCHEWSKY** inscrito no CPF/ME n.º 904.606.775-00.

CONTRATADA: A empresa, com sede na, CNPJ nº, neste ato representado por....., inscrito no CPF nº, vencedora do Pregão Eletrônico nº 049/2022 daqui por diante denominada por **CONTRATADA**.

As partes acima identificadas celebram o presente contrato para a prestação dos serviços de que trata a Cláusula Segunda - **DO OBJETO**, com fundamento no processo administrativo SEI 50903.001729/2022-11, mediante as cláusulas e condições seguintes deste Contrato, do qual serão partes integrantes o Pregão Eletrônico nº 049/2022 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de ____/____/2022.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. A lavratura do presente contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 049/2022, regulando-se pelas cláusulas contratuais que o integram e pelas seguintes disposições normativas:

a) Lei n.º 13.303/2016 – Estatuto da Empresa Estatal;

b) Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Micro e Pequena Empresa (ME-EPP);

c) Lei nº 12.846/2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;

d) Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, disponível no endereço eletrônico www.codeba.com.br;

e) Decreto nº 8.945/2016: Regulamentação da Lei das Estatais;

f) Decreto nº 8.538/2015- Regulamentação da LC 123/06 (ME-EPP)

g) Decreto Federal nº 10.024/2019 - Regulamento da licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

h) demais normas pertinentes ao objeto do contrato.

1.2. Este contrato está em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 049/2022 e seus anexos, com o Termo de Referência/Caderno de Encargos e com a proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de **XX/XX/XXXX**, vinculando-se ao instrumento convocatório e seus anexos, documentos esses que integram o contrato, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente instrumento é a contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO E ACIDENTES PESSOAIS PARA OS DIRETORES, EMPREGADOS, APRENDIZES E ESTAGIÁRIOS DA CODEBA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O regime de execução dos serviços contratados será o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. Os prazos de execução do objeto e da vigência do Contrato serão de 12 (DOZE) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, com a inclusão das vidas mediante dados fornecidos pela CODEBA, podendo ser prorrogado por até 05 (cinco) anos, conforme lei 13.303/2016.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1. Conforme proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de __/__/__, e aceita pela CODEBA, o preço total do objeto contratado – PRÊMIO DO SEGURO - é de R\$ _____ (_____).

5.2. O limite máximo de garantia da apólice é de R\$ _____

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa para atender a esta licitação está programada em dotação orçamentária própria, tombada sob o nº 237/2022, rubrica SEGUROS DE VIDA EM GRUPO, cód. 2.205.000.000 do PDG da CODEBA prevista para o exercício de 2022 e 2023.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. A CONTRATADA deverá apresentar, até o dia 20 de cada mês, relatório de medição discriminando as atividades e serviços prestados no período de referência, compreendido entre o primeiro e o último dia do mês anterior;

7.2. Após a emissão do relatório a CONTRATANTE analisará o relatório e, estando este condizente com os serviços prestados, autorizará a emissão de Nota Fiscal ou Fatura;

7.3. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias consecutivos da apresentação da Nota Fiscal correspondente aos serviços executados no mês anterior. Após conferir e atestar a Nota Fiscal, caberá ao Fiscal do contrato encaminhá-la para pagamento.

7.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá obrigatoriamente ser acompanhada da apresentação das certidões negativas de débitos fiscais e previdenciários da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista-CNDT.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado ou liberado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.6. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTAMENTO DO VALOR CONTRATUAL

8.1. O preço contratado, desde que observado a periodicidade mínima de 12 (doze) meses contados da data limite da apresentação da proposta de preço ou, nos reajustes subsequentes, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido,

poderá ser reajustado, para mais ou para menos, pela variação acumulada do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) da FGV, observada a seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I_r - I_0)}{I_0} \times P$$

Onde:

Para o primeiro reajuste:

R - reajuste procurado;

I_r – índice do mês do reajuste;

I₀ – índice do mês da data da proposta ou da data limite para a sua apresentação;

P – valor atual do contrato

Para os reajustes subsequentes:

R - reajuste procurado;

I_r – índice do mês do novo reajuste;

I₀ – índice do mês dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P – valor do contrato atualizado até o último reajuste.

8.2. Após a concessão do primeiro reajuste, para os subsequentes, deverá ser observada a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr – é o preço novo ou reajustado;

P – preço atual;

V – variação percentual obtida na forma do parágrafo anterior, de forma que (PxV) significa o acréscimo ou redução de preço decorrente de reajustamento.

8.3. Os reajustes deverão ser precedidos de requerimento escrito da CONTRATADA acompanhado da memória de cálculo, observadas as disposições contidas neste contrato.

8.4. Ocorre a preclusão do direito ao reajuste nas hipóteses de ausência de requerimento, de prorrogação da vigência do contrato sem pleiteá-lo e de término da vigência contratual.

8.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado o que vier a ser determinado pela legislação ou aquele que o substituir.

8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, a CODEBA elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

8.7. Os efeitos financeiros do reajuste serão iniciados a partir da data de aquisição do direito pela contratada, observadas as disposições contidas nesta cláusula.

8.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.9. Na eventual concessão de reajuste contratual a CODEBA deverá observar o quanto previsto na Matriz de Riscos que é Cláusula Contratual.

9. CLÁUSULA NONA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Contratante para os serviços contratados, verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, instruir e dar andamento aos procedimentos de repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, sanções e extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas;

9.2. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativos ao seguro contratado ficarão a cargo da GAD — Gerência Administrativa, devendo:

a) Acompanhar e fiscalizar a prestação pela contratada dos serviços relativos ao seguro contratado;

b) Comunicar a ocorrência de sinistro à seguradora e adotar as providências pertinentes fixadas nas condições do seguro contratado;

c) Manter registro de ocorrências relacionadas à prestação dos serviços, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;

d) A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por colaboradores formalmente designados, conforme diretrizes estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA;

e) Os responsáveis designados deverão zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas, bem como pela qualidade dos serviços prestados pela Contratada;

f) Aos responsáveis designados caberá conferir e atestar todas as Notas Fiscais da Contratada e as Certidões anexadas, procedendo tempestivamente aos respectivos encaminhamentos para pagamento;

g) A Fiscalização deverá notificar POR ESCRITO a contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços e exigir adoção de medidas corretivas necessárias;

h) A Fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

i) A Fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

j) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 30 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

k) Caso o objeto contratado não seja entregue conforme foi especificado, o Fiscal do Contrato discriminará através de termo/livro próprio, as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

10. CLÁUSULA DEZ – OBRIGAÇÕES DA CODEBA

10.1. Caberá à CODEBA:

a) Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, por meio de empregado público especialmente designado pela Contratante;

b) Efetuar os pagamentos devidos em razão da prestação dos serviços fornecidos pela Contratada após a apresentação das respectivas notas fiscais com o devido “atesto” do Gestor de Contrato, ou do Fiscal, caso este também seja designado;

c) Zelar, durante toda a vigência contratual, pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, bem como pela manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da Contratada, fixando prazo para a sua correção,

quando for o caso;

e) Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas à locação e à prestação dos serviços;

f) Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços;

g) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da Contratada;

h) Avaliar periodicamente o cumprimento dos níveis mínimos de serviço da Contratada, e tomar as medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento, em especial os relativos à disponibilidade, conectividade, segurança da informação, entre outros;

i) Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

j) No caso de rejeição do serviço, a Contratante deverá comunicar o fato à Contratada, que terá um prazo de até 24 horas após a comunicação, para sanar as pendências;

k) Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

11. CLÁUSULA ONZE – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Prestar os serviços conforme prazos, especificações técnicas e condições definidas neste Termo de Referência e conforme Proposta Comercial;

11.1.1. Prestar suporte técnico dos serviços, na forma e nos prazos estabelecidos.

11.1.2. Disponibilizar, por ocasião da assinatura do Contrato, pontos de contato dos responsáveis pelo suporte técnico e apoio administrativo/comercial, contemplando nomes e telefones, bem como promover sua atualização constante;

11.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CODEBA autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante;

11.1.6. Apurado o dano e caracterizada sua autoria e culpa por qualquer empregado ou preposto da Contratada, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de notificação pela área fiscalizadora, sob pena de ter o valor apurado descontado na fatura do mês subsequente, sem prejuízo das demais sanções e responsabilidades cabíveis, observado o direito do contraditório e ampla defesa;

11.1.7. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao Contrato, que venham a ser solicitados pelo Contratante;

11.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação ambiental, inclusive pela regular quitação de taxas de licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais;

11.1.9. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

11.1.10. Comunicar à fiscalização do Contratante qualquer anormalidade/ocorrência constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

11.1.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.13. Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;

11.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.15. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;

11.1.16. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 200 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos da CODEBA;

11.1.17. A existência e a atuação da Fiscalização pela Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações;

11.1.18. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

11.1.19. É expressamente vedada à CONTRATADA a contratação de colaborador pertencente ao quadro de pessoal da CODEBA durante a vigência deste contrato;

11.1.20. Cumprir fielmente os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, contratualmente, ou decorrentes de legislação aplicável;

11.1.21. Assegurar à Contratante os recursos técnicos e tecnológicos necessários para transição e portabilidade dos serviços em caso de distrato, descumprimento, interrupção ou encerramento de vigência contratual;

11.1.22. Para efeitos de mensuração dos limites estipulados neste Termo de Referência, os períodos de apuração serão contados a partir do 1º dia de cada mês sob gestão do Gestor do Contrato, formalmente designado;

11.1.23. Emitir nota fiscal no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando-a à Contratante para pagamento.

12. CLÁUSULA DOZE – SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Os serviços licitados deverão ser prestados diretamente pela CONTRATADA, sendo vedada a cessão, transferência ou subcontratação, parcial ou total, exceto para a cessão de cosseguro.

13. CLÁUSULA TREZE – INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, da Lei nº 10.520, de 2002, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA a Contratada que:

I. Ensejar inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

II. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

III. Fraudar na execução do contrato;

IV. Comportar-se de modo inidôneo;

V. Cometer fraude fiscal;

VI. Não manter a proposta.

14. CLÁUSULA QUATORZE - DAS PENALIDADES

14.1. Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas na execução do objeto contratado, a CODEBA poderá aplicar ao contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

I – Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

II – Multa moratória:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias. Após este prazo e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, pela demora em substituir o material rejeitado;

III – Multa compensatória:

a) de até 2% (dois por cento) em caso de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato;

b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2. As importâncias relativas às multas serão descontadas pela CONTRATANTE de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de depósito bancário destinado à CODEBA, ou, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

14.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEBA, pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada à empresa que:

14.4. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.5. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.6. Não assinar o Contrato no prazo estabelecido neste instrumento;

14.7. Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento;

14.8. Apresentar documentação falsa exigida neste instrumento;

14.9. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

14.10. Não mantiver a proposta;

14.11. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.12. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

14.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos internos da CODEBA, e subsidiariamente a Lei nº 9.784 de 1999.

14.14. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEBA poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

14.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

14.16. Da decisão final cabe recurso à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à GRF/CODEBA, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a Contratante descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa Contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento – GDR, que será creditado na conta da CODEBA e, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

14.17. Na execução contratual, cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODEBA (funcionários, suas instalações, imagem), meio ambiente ou a terceiros.

14.18. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

15. CLÁUSULA QUINZE - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. Constituem motivo para a rescisão dos contratos firmados pela CODEBA:

I.o descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

III.o desatendimento das determinações regulares do fiscal do contrato;

IV. o cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas pela fiscalização do contrato;

V. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VI. a fusão, cisão, incorporação, ou associação da Contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da CODEBA;

VII. a dissolução da sociedade ou o falecimento da Contratada;

VIII. razões de interesse da CODEBA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;

IX. o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

X. a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;

XI. inobservância da vedação ao nepotismo;

XII. prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CODEBA, direta ou indiretamente;

XIII. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

XIV. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XV. o não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados pelo gestor do contrato nos autos do processo administrativo, assegurado para a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, decididos pela autoridade de alçada.

15.3. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.1. A extinção dos contratos firmados pela CODEBA se dará:

I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

II. pelo término do seu prazo de vigência;

III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CODEBA;

IV. pela via judicial ou arbitral; e

V. em razão de rescisão contratual pela ocorrência de qualquer dos motivos elencados na Cláusula de Rescisão.

17. CLÁUSULA DEZESSETE - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO, DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

17.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas na Lei 13.303/2016 e nos arts. 191 a 204 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, observado o procedimento previsto.

18. CLÁUSULA DEZOITO – MATRIZ DE RISCO

18.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Risco que integra o Caderno de Encargos, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar à fiscalização sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

I. detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;

II. as medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;

III. as medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

IV. as obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e

V. outras informações relevantes.

18.2. A Matriz de Riscos relativa ao presente Contrato Administrativo está inserida no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

19. CLÁUSULA DEZENOVE: DOS ANEXOS

19.1. Integram o presente Acordo como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) Proposta da Contratada, datada de ____ de ____ de ____; e

b) Termo de Referência referente à contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VIDA EM



GRUPO E ACIDENTES PESSOAIS PARA OS DIRETORES, EMPREGADOS, APRENDIZES E ESTAGIÁRIOS DA CODEBA.

20. CLÁUSULA VINTE – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

21. CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO

21.1. As partes elegem o foro a sede da CODEBA, Seção Judiciária da Bahia do Tribunal Regional Federal da Primeira Região como o único competente para dirimir as dúvidas oriundas desta licitação e do contrato decorrente, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim perfeitamente justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, as partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo signatárias.

Salvador, de de

Pela CODEBA:

CARLOS AUTRAN DE OLIVEIRA AMARAL

Diretor-presidente

JENNER AUGUSTO DA SILVEIRA KRUSCHEWSKY

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

Pela CONTRATADA:

nononononononono

Procurador

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF/ME:

2. _____

Nome:

CPF/ME: